



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**

**PRESIDENTE: SANDRA SANTANA**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 30/10/2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens

**A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana)** - Boa tarde a todos.

Declaro abertos dos trabalhos da 15ª audiência pública de 2023 que a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa realiza hoje, 30 de outubro.

Esta audiência pública foi convocada para discutir o PL 579/2023, de autoria do Executivo, Ricardo Nunes, que altera a Lei 17.254/2019, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito para financiar a execução de projetos de investimentos no município de São Paulo e acrescenta o art. 3º “a” à Lei nº 14.649/ 2007, que autoriza a constituição da Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos, SPDA.

Informo que essa audiência pública está sendo transmitida pelo canal do YouTube da Câmara Municipal de São Paulo. A realização desta audiência pública vem sendo publicada no Diário Oficial da cidade desde 27/10; e foi publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* em 28/10; no jornal *Folha de S. Paulo*, em 20/10.

As inscrições para participação do público foram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo em 29 de outubro, devendo os inscritos participarem pela plataforma *on-line*, conforme *link* enviado por *e-mail*. O público presente que desejar se manifestar deve se inscrever com a secretaria da Comissão, cada inscrito terá até três minutos para se manifestar.

Foi convidado para esta audiência pública o Sr. Luís Felipe Vidal Arellano, Secretário Municipal da Fazenda, que está conosco de forma virtual e conosco de forma virtual e o Subsecretário do Tesouro, Henrique de Castilho Pinto. Quero mais uma vez desejar uma boa tarde a todos e gostaria de indagar ao Secretário Arellano se gostaria de fazer suas considerações agora no início ou após as falas dos inscritos?

**O SR. LUÍS FELIPE VIDAL ARELLANO** – Boa tarde, Vereadora, preparamos aqui uma pequena apresentação. Em primeiro lugar, gostaria de pedir desculpas de estar a distância. A gente recebeu a informação na sexta-feira que era uma audiência que seria virtual, por isso não nos organizamos para estar aí presentes e acabou que marcamos outros compromissos em cima da agenda. De outro modo estaríamos aí, mas em todo caso temos a satisfação de prestar todos os esclarecimentos sobre o projeto. Preparamos uma breve apresentação só para

contextualizar a todos e, em seguida, ficamos à disposição para esclarecimentos.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

**O SR. LUÍS FELIPE VIDAL ARELLANO** – Como já mencionado, esse projeto trata principalmente da inclusão de novas autorizações para que a cidade capte operações de crédito, recursos via operações de crédito, de maneira viabilizar investimentos na cidade em diversas áreas. Quando a gente fala de captação de operações de crédito, o que normalmente causa preocupação para todos, diz respeito à compatibilidade das operações com objetivos de responsabilidade fiscal, de manter a sustentabilidade das contas públicas a longo prazo. Então, é importante que façamos essa discussão enxergando qual é a situação do endividamento do município presente comparativamente aos resultados dos últimos anos.

O gráfico mostra a trajetória de endividamento do município, que é a linha em vermelho, comparativamente aos limites previstos na legislação. Então, a gente sai lá da década de 2000, 2010, de um endividamento que superava 200 vezes a receita corrente líquida quando o limite legal era de cerca de 120% da receita corrente líquida, para uma situação que atualmente o município dispõe de mais ativos financeiros do que dívida a ser paga, ou seja, o município tem uma situação peculiar e bastante positiva de ser capaz de captar novas operações de crédito sem que isso comprometa a sua sustentabilidade fiscal ao longo prazo. Por que que isso é relevante para nós?

Isso é relevante porque com essas operações de crédito conseguimos fazer uma melhor compatibilização entre o momento em que o gasto é realizado e o momento em que o aproveitamento, o usufruto daquela infraestrutura, que é produzida por aqueles investimentos já amadureceu. Então esse é o objetivo principal desse projeto: priorizar a Prefeitura para captar novas operações de crédito, mas sempre mantendo sob controle o nível de endividamento total da Prefeitura.

Então basicamente estamos falando de uma autorização adicional de 2,5 bilhões de operações de crédito interno e de até 750 milhões de dólares e 250 milhões de euros nessas diversas áreas listadas do projeto: intervenções para área habitacional, mobilidade urbana,

inovação e tecnologia, drenagem, sobretudo, regularização, intervenções de adaptação da cidade aos efeitos das mudanças climáticas, que é uma preocupação que todas as grandes cidades devem ter nesse momento; intervenções na área ambiental; implantação e modernização de coleta e destinação de resíduos sólidos, além de outras áreas, por exemplo, de saúde, educação e assistência social.

O projeto não traz valores. Entendemos que é melhor que haja apenas um limite global e que a distribuição entre essas áreas se dê com base na existência de projetos de fontes de financiamento para cada uma dessas áreas e que isso seja depois tratado no momento de cada uma das ações.

Só para que haja uma avaliação de quanto representa essa nova autorização e autorizações concedidas anteriormente, nós trouxemos uma lista das operações de crédito que já foram tratadas nos últimos anos, com base em autorizações concedidas pela Câmara. Então, nós temos 100 milhões de reais de operação com o BNDS, relativo ao Pmat, Programa de Modernização de Administração Tributária; 40 milhões do programa Pnafm; 30 milhões do programa Salto Novo; mais 200 para área de habitação; outros 49 milhões de uma nova parte do Pnafm; 200 milhões em drenagem; 500 milhões para recapeamento, totalizando 1 bilhão e 120 milhões de reais.

Em relação a créditos externos nós temos 197 milhões de dólares já contratados, sendo 100 milhões de dólares com Banco Interamericano de Desenvolvimento, para a saúde, e outros 97 milhões de dólares com o Banco Mundial, que é o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, para a construção desenvolvimento do BRT Aricanduva. Essas operações já contratadas.

Neste *slide* aqui nós temos as operações que estão em negociação e já em fase avançada de contratação, a maioria delas. Nós temos aqui cada uma delas pela situação em que se encontram. Então, nós temos 500 milhões de reais, com o Banco do Brasil, para a eletrificação da frota de ônibus. Já se encontra em fase avançada, tendo sido aprovada pela Secretaria do Tesouro Nacional a contratação. E a previsão de contratação dessa operação já é em novembro

de 23, ou seja, no mês que vem. Ainda para a eletrificação da frota de ônibus, nós temos também 250 milhões de reais, cuja aprovação pela Secretaria do Tesouro Nacional é prevista para os próximos dias, e mais 2,5 bilhões de reais com o BNDES, já aprovados na diretoria do Banco, e também com aprovação pela Secretaria do Tesouro Nacional esperada para os próximos dias. Essas três primeiras operações devem ter a sua contratação e desembolso provavelmente ainda em 2023, e já foram autorizadas pela Câmara Municipal em leis anteriores, mas ainda não foram contratadas.

Além disso, nós temos algumas operações também com base nas autorizações já concedidas, e que estão previstas para ingresso no ano que vem, e que estão, inclusive, previstas na proposta de lei orçamentária encaminhada para a Câmara. São elas: 1 bilhão de reais para recapeamento, com banco ainda a ser definido; 500 milhões de reais para a área de habitação, no programa Pode Entrar; 750 milhões de reais para drenagem, cultura e mobilidade, também prevista a sua distribuição conforme a proposta de lei orçamentária para o ano que vem.

Em relação a operações externas em fase de negociação já com base em autorizações previamente concedidas pela Câmara, nós temos 496 milhões de dólares já aprovados pela Comissão de Financiamentos Externos, do Governo Federal, com o Banco Mundial e o Banco Interamericano. Essa contratação é para a eletrificação da frota de ônibus também, e a contratação está prevista para o início de 2024.

O *slide* anterior tratava das operações que estão em negociação, que devem ter a contratação nas próximas semanas ou meses, relativas à autorização já concedida pela Câmara. Agora eu trago as operações que estão sendo negociadas com base nesta nova proposta de autorização constante do PL 579/23. As principais operações são: dois bilhões de reais para o programa Pode Entrar, previstos também na proposta de lei orçamentária para 2024; 205 milhões de dólares com o Banco Interamericano, e uma operação já aprovada pela Comissão de Financiamentos Exteriores, do Governo Federal, para a continuidade do programa Avança Saúde; 60 milhões de dólares para uma operação para a área de educação, também em operação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e operação já aprovada pela

Comissão de Financiamentos Exteriores, do Governo Federal, e uma operação para a área de assistência social, com o Banco Mundial, no valor de 149 milhões de dólares, cuja previsão de contratação é em 2025, totalizando, então, 414 milhões de dólares para esse ano, no total.

Temos aqui algumas outras operações também a contratar, que estão sendo negociadas ou que já foram negociadas no passado. A primeira delas é o corredor de ônibus na Chucri Zaidan, cuja evolução, no momento, se encontra suspensa, aguardando a devolução do pedido de verificação de limites pelo agente financiador, de 200 milhões de reais. Temos também projetos em estudo na área de segurança urbana e para pagamento de precatórios. Essas operações chegaram a evoluir no passado, mas que ainda estão sendo analisadas em relação à conveniência e oportunidade de serem contratadas, mas também estão analisadas com base em autorizações concedidas nos anos anteriores.

Então, muito obrigado. Peço desculpas por ter falado um pouco rápido, mas acho que todas as informações constam dos *slides* encaminhados. Fico aqui à disposição para esclarecimentos, também fazendo menção de que estou aqui com o Henrique Castilho, que é o Subsecretário do Tesouro Municipal, e que também pode prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, caso necessário.

**A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana)** – Obrigada, Secretário Arellano.

Queria registrar também, neste momento, a presença dos Vereadores Marcelo Messias e Dra. Sandra Tadeu. Mais algum dos nossos Vereadores? (Pausa) Não. Obrigada pela presença, e aproveito para perguntar se os nossos Vereadores gostariam de se manifestar agora ou ao final? (Pausa)

Secretário Arellano, muito obrigada pela exposição. Imagino que esse material possa ficar conosco aqui à disposição para que olhemos de forma mais detalhada.

Neste momento, eu passo então a palavra a quem primeiro fez a inscrição de forma virtual. Nós temos o Sr. João Afif Acras. (Pausa) Não está na sala ainda. Mais alguém? (Pausa) Ninguém.

Pergunto se o Subsecretário Henrique gostaria de fazer uso da palavra. (Pausa)

**O SR. HENRIQUE DE CASTILHO PINTO** - Boa tarde a todos e todas.

Agradeço a oportunidade. Acho que o Luís foi bastante preciso nas apresentações. Eu não tenho nada a acrescentar.

**A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana)** - Secretário Arellano, eu gostaria de dizer o seguinte, que vocês podem contar, pelo menos, com o meu apoio e da grande maioria da Casa. Nós entendemos que todo empréstimo é tomado, toda operação é feita com muita responsabilidade pelo poder público, pelo Executivo. Havendo a responsabilidade, nós temos de colaborar, até porque a sua primeira parte da explanação nos mostra o quão importante foi a Câmara Municipal aprovar anteriormente uma possibilidade de tomada de empréstimos, de abertura de créditos. Olhem quantas obras importantes estão acontecendo. Destaco aqui, inclusive, uma das que temos acompanhado um pouco mais de perto, que é a obra de Perus. Ela apareceu em sua explanação com uma outra obra, a da Mooca. Mas não fosse isso, uma obra importante de combate enchente a enchentes não estaria acontecendo neste momento. Assim como algumas outras ações na área da saúde, da habitação.

Então, eu queria muito agradecer a oportunidade de ouvir o Secretário. Nos perdoe por termos agendado de forma tão rápida, mas é importante que este projeto passe pelas audiências públicas, que ele requer, para que possa voltar ao Plenário da Câmara e passar pela votação dos nossos 55 Vereadores.

Então, dessa forma eu agradeço a participação de vocês e declaro realizada a audiência pública do PL 579/2023.

Tenham todos uma boa tarde.

**O SR. LUÍS FELIPE VIDAL ARELLANO** – Muito obrigado a todos e até a próxima.

**A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana)** – Até.

Estão encerrados os nossos trabalhos.